

# ÍNDICE

<i>Apresentação da 6ª edição</i> .....	XXXI
<i>Apresentação da 5ª edição</i> .....	XXXIII
<i>Apresentação da 4ª edição</i> .....	XXXV
<i>Apresentação da 3ª edição</i> .....	XXXVII

## Parte I DO DIREITO MATERIAL

Capítulo I — DIREITOS MATERIAIS DIFUSOS .....	3
1. Introdução .....	3
2. Direitos difusos .....	5
2.1. Transindividualidade .....	6
2.2. Indivisibilidade .....	6
2.3. Titulares indeterminados e interligados por circunstâncias de fato .....	6
3. Direitos coletivos <i>stricto sensu</i> .....	8
3.1. Transindividualidade e determinabilidade dos titulares .....	9
3.2. Indivisibilidade do objeto .....	9
4. Direitos individuais homogêneos .....	9
4.1. Critério de distinção dos direitos .....	10
Capítulo II — POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	11
A) <i>Introdução</i> .....	11
1. Noções propedêuticas .....	11
2. Visão antropocêntrica do direito constitucional ambiental .....	15
	IX

2.1. A pessoa humana como destinatária do direito ambiental ....	15
2.2. A vida em todas as suas formas como destinatária do direito ambiental .....	18
3. Definição legal de meio ambiente .....	19
4. Classificação do meio ambiente .....	20
4.1. Meio ambiente natural .....	20
4.2. Meio ambiente artificial .....	21
4.3. Meio ambiente cultural .....	22
4.4. Meio ambiente do trabalho .....	22
4.5. O patrimônio genético .....	23
4.5.1. O patrimônio genético (art. 225, § 1º, II e V) como direito tutelado pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal .....	23
4.5.2. O patrimônio genético da pessoa humana (arts. 5º e 225, § 1º, II e V) como direito tutelado pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal: a tutela jurídica do ADN e do ARN .....	25
<i>B) Princípios do direito ambiental na Constituição Federal de 1988...</i>	26
1. Noções preliminares .....	26
2. Princípio do desenvolvimento sustentável .....	27
3. Princípio do poluidor-pagador .....	30
3.1. Responsabilidade civil objetiva .....	31
3.2. Prioridade da reparação específica do dano ambiental .....	33
3.3. Poluidor .....	34
3.4. Dano ambiental .....	36
3.5. O dano e suas classificações .....	37
3.6. Solidariedade para suportar os danos causados ao meio ambiente .....	38
4. Princípio da prevenção .....	39
5. Princípio da participação .....	41
5.1. Informação ambiental .....	42
5.2. Educação ambiental .....	43
5.3. Política Nacional de Educação Ambiental .....	44

6. Princípio da ubiqüidade .....	45
C) <i>Responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente</i> .....	46
1. Introdução .....	46
1.1. Inexistência de <i>bis in idem</i> .....	47
2. Responsabilidade civil .....	47
3. Responsabilidade administrativa .....	48
3.1. Fundamentos constitucionais da responsabilidade administrativa em matéria ambiental. Poder de polícia em matéria ambiental .....	48
3.2. Regime da responsabilidade administrativa em face de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente. Responsabilidade objetiva. Cláusula <i>due process</i> .....	51
3.3. Sanções administrativas no âmbito infraconstitucional. A Lei n. 9.605/98, o conceito de infração administrativa ambiental e o destino dos valores arrecadados em pagamento de multas .....	53
4. Responsabilidade penal pelos danos causados ao meio ambiente ..	54
4.1. A distinção entre o ilícito civil e o ilícito penal .....	54
4.2. Tutela penal do meio ambiente .....	56
4.3. Responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	56
<b>Capítulo III — BENS AMBIENTAIS</b> .....	58
1. Introdução .....	58
2. Classificação dos bens quanto à titularidade: bem público e bem particular .....	58
2.1. A dicotomia entre o bem público e o bem privado .....	59
3. A distinção entre os bens públicos e os bens difusos .....	61
4. Os bens ambientais .....	63
4.1. Bem de uso comum do povo .....	64
4.2. Bem essencial à sadia qualidade de vida .....	64
5. Piso vital mínimo .....	64
6. Os bens ambientais atribuídos a entes federados .....	65
7. A natureza jurídica do bem ambiental e o direito de propriedade ...	66

<b>Capítulo IV — COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL</b>	<b>74</b>
1. Noções propedêuticas .....	74
2. Competências constitucionais em matéria ambiental .....	74
2.1. País e forma de Estado .....	74
2.2. Estado Democrático de Direito .....	75
2.3. Território e forma de Estado .....	75
2.4. Federalismo .....	75
2.5. Soberania e autonomia .....	76
3. Critério de repartição de competências: predominância do interesse .....	76
4. Classificação das competências .....	77
4.1. Competência legislativa .....	77
4.2. Competência material .....	78
5. O Município e a sua importância fundamental e preponderante na tutela da sadia qualidade de vida .....	79
<b>Capítulo V — LICENCIAMENTO AMBIENTAL E ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL</b> .....	<b>81</b>
1. Licenciamento ambiental e licença administrativa .....	81
2. Natureza jurídica do licenciamento ambiental .....	82
3. Licenciamento ambiental: a sua discricionariedade .....	82
4. Procedimento administrativo .....	83
4.1. Etapas do licenciamento .....	84
4.1.1. Licença prévia .....	84
4.1.2. Licença de instalação .....	84
4.1.3. Licença de operação .....	85
5. Estudo prévio de impacto ambiental (EIA/RIMA) .....	85
5.1. RIMA — relatório de impacto ambiental .....	87
5.2. A disciplina constitucional do estudo de impacto ambiental ..	87
5.3. Equipe multidisciplinar .....	88
5.4. RAIAS — relatório de impacto ambiental .....	89
5.5. Responsabilidade civil .....	90

5.6. Exigência do EIA/RIMA: ato vinculado ou discricionário? ...	91
6. Competência para o licenciamento .....	92
7. A incidência do EIA/RIMA em todos os aspectos do meio ambiente .....	93
8. Audiência pública .....	93
8.1. Obrigatoriedade .....	93
8.2. Local da audiência pública .....	93
8.3. Momento do requerimento .....	93
8.4. Função da audiência pública .....	94
9. Direito de o empreendedor desenvolver sua atividade em face de EIA/RIMA favorável no âmbito do Direito Ambiental Brasileiro ....	94

## Capítulo VI — ZONEAMENTO AMBIENTAL E ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS .....

1. Princípio do desenvolvimento sustentável .....	97
2. Espaços ambientais .....	97
2.1. Espaços territoriais especialmente protegidos .....	98
2.1.1. Unidades de conservação: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável .....	98
2.2. Zoneamento ambiental .....	100
2.2.1. Classificações do zoneamento ambiental .....	101
2.2.1.1. Zoneamento para pesquisas ecológicas .....	101
2.2.1.2. Zoneamento em áreas de proteção ambiental (APAs) .....	101
2.2.1.3. Zoneamento nos parques públicos .....	101

## Capítulo VII — FLORA E ASPECTOS DE DEFESA .....

1. Conceito e características .....	102
2. Competência constitucional .....	102
3. O Código Florestal como norma geral .....	103
4. Natureza jurídica das florestas .....	103
4.1. Classificações .....	104
4.1.1. Quanto à preservação .....	104

4.1.2. Quanto à variabilidade das espécies .....	105
4.1.3. Quanto ao tipo de reposição florestal .....	105
4.1.4. Quanto ao primitivismo .....	106
4.1.5. Quanto à exploração .....	106
5. Floresta Nacional .....	107

## Capítulo VIII — FAUNA E ASPECTOS DE DEFESA..... 108

1. Introdução .....	108
2. Conceito e generalidades .....	109
3. Classificações quanto ao hábitat .....	110
4. Natureza jurídica da fauna .....	111
5. A fauna como bem ambiental .....	111
6. Finalidades da fauna .....	112
6.1. Função ecológica .....	112
6.2. Função ecológica e a introdução de espécies exóticas .....	113
6.3. A reintrodução de espécies e a função ecológica .....	113
6.4. Finalidade científica .....	113
6.5. Finalidade recreativa .....	114
6.6. Finalidade cultural .....	115
6.6.1. O conceito de crueldade .....	116
6.6.2. Farra do boi, rodeios e práticas religiosas .....	117
7. A fauna e a caça .....	118
7.1. Caça profissional .....	118
7.2. Caça de controle .....	119
7.3. Caça de subsistência .....	120
7.4. Caça científica .....	120
7.5. Caça amadorista .....	121
8. Rodeios de animais e a Lei n. 10.519/2002 .....	122
9. Manifestações culturais, fauna e direito ambiental .....	125

## Capítulo IX — RECURSOS HÍDRICOS..... 129

1. Introdução .....	129
---------------------	-----

2. Classificação .....	129
2.1. Quanto à sua localização com relação ao solo .....	129
2.2. Quanto ao uso predominante (conforme Resolução Conama n. 20/86) .....	129
3. Competência legislativa .....	130
4. Competência material .....	131
5. Poluição da água .....	131
6. O meio marinho e sua proteção .....	132
7. A proteção das águas doces .....	132
8. Poluição causada por lançamento de óleo em águas sob jurisdição nacional .....	133
9. Águas no novo Código Civil (Lei n. 10.406/2002) .....	135

## Capítulo X — POLUIÇÃO SONORA .....

1. Conceito de som e ruído .....	147
2. Natureza jurídica do ruído .....	147
3. Efeitos do ruído .....	148
4. Avaliação da poluição sonora e a Resolução Conama n. 1/90 .....	149
5. Classificação do ruído .....	150
5.1. Quanto ao aspecto temporal .....	150
5.2. Quanto ao aspecto do meio ambiente afetado .....	150
5.2.1. Meio ambiente urbano .....	150
5.2.1.1. Cultos religiosos .....	151
5.2.1.2. Bares e casas noturnas .....	153
5.2.1.3. Aeroportos .....	153
5.2.1.4. Indústrias .....	153
5.2.1.5. Veículos automotores .....	155
5.2.2. Meio ambiente doméstico .....	156
5.2.2.1. Eletrodomésticos .....	156
5.2.3. Meio ambiente do trabalho .....	157
5.2.4. Meio ambiente rural .....	158
6. Instrumentos ambientais de prevenção à poluição sonora .....	158
7. Alguns aspectos penais acerca da poluição sonora .....	159

Capítulo XI — POLUIÇÃO VISUAL .....	163
1. Introdução .....	163
2. Conceito de poluição visual .....	163
3. Princípio do desenvolvimento sustentável .....	164
4. A estética urbana .....	166
5. Limitações ao uso da propriedade por conta da proteção da estética .....	167
5.1. Fachada .....	167
5.2. Bairros e cidades tombados .....	168
6. Limitações de expressão em relação à forma e conteúdo por conta da proteção estética .....	169
6.1. Publicidade .....	169
6.2. A Lei dos Crimes Ambientais — Lei n. 9.605/98 .....	171
6.3. Código de Trânsito Brasileiro — Lei n. 9.503/97 .....	171
6.4. Propaganda eleitoral — Lei n. 9.504/97 .....	172
 Capítulo XII — POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA .....	 173
1. Introdução .....	173
2. Fenômenos da poluição atmosférica .....	173
2.1. <i>Smog</i> .....	173
2.2. Efeito estufa .....	173
2.3. Chuvas ácidas .....	174
3. Principais agentes causadores da poluição atmosférica .....	174
4. Tutela jurídica .....	174
5. Emissão de poluentes por veículos automotores e medidas pre- ventivas de tutela jurídica em face da poluição atmosférica — o <i>rodízio</i> de veículos automotores .....	175
 Capítulo XIII — POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS .....	 177
1. Lixo e resíduo .....	177
1.1. Conceito de resíduo sólido .....	178
2. A urbanização e o lixo urbano .....	178
2.1. Breve histórico .....	179



3. Natureza jurídica do lixo .....	180
3.1. O lixo como bem de consumo .....	181
4. Classificação dos resíduos sólidos .....	182
4.1. Resíduos hospitalares .....	183
4.2. Resíduos radioativos ou nucleares .....	183
4.3. Resíduos químicos .....	184
4.4. Resíduos comuns .....	184
5. Aspectos legais .....	184
6. Tipos de tratamento do resíduo urbano .....	186
6.1. Deposição .....	186
6.2. Aterragem .....	186
6.3. Aproveitamento energético dos aterros .....	186
6.4. Compostagem .....	187
6.5. Reaproveitamento energético de resíduos .....	187
6.5.1. Reaproveitamento energético direto .....	187
6.5.2. Reaproveitamento energético indireto .....	188
7. Causas agravantes do lixo urbano .....	188
7.1. Aumento de consumo .....	188
7.2. Produção de materiais artificiais .....	189
8. Importação e exportação de resíduos .....	189
<b>Capítulo XIV — DIREITO DE ANTENA .....</b>	<b>191</b>
1. Noções propedêuticas .....	191
2. Conceito .....	192
3. O espectro eletromagnético .....	193
4. Natureza jurídica do direito de antena .....	194
4.1. A utilização das ondas eletromagnéticas pelas rádios piratas ....	194
5. O direito de antena adaptado à transmissão da comunicação através do espectro eletromagnético .....	195
6. O direito de antena vinculado à captação da transmissão através do espectro eletromagnético .....	196
6.1. A defesa do consumidor .....	197
6.2. Participação do Estado Democrático de Direito .....	198

Capítulo XV — AGROTÓXICOS .....	199
1. Introdução .....	199
2. Agrotóxicos e a poluição .....	199
3. O tratamento jurídico dos agrotóxicos .....	200
3.1. Os agrotóxicos na Constituição Federal de 1988 .....	200
3.2. A disciplina do Código de Defesa do Consumidor em relação aos agrotóxicos .....	200
3.3. Lei dos Agrotóxicos — Lei n. 7.802/89 .....	201
4. Registro do produto agrotóxico e demais aspectos vinculados ao Decreto n. 4.074/2002 .....	201
 Capítulo XVI — POLUIÇÃO POR ATIVIDADES NUCLEARES .....	 203
1. Conceito .....	203
2. Finalidades das atividades nucleares .....	203
3. Competência .....	204
4. Política nuclear na Constituição Federal .....	204
5. Conselho Nacional de Energia Nuclear — CNEN .....	205
 Capítulo XVII — PATRIMÔNIO GENÉTICO .....	 206
1. Noções preliminares .....	206
2. Breves considerações acerca da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança — CTNBio .....	 208
2.1. Composição .....	208
3. Biodiversidade, biotecnologia e biossegurança .....	209
4. A engenharia genética e o seu impacto no meio ambiente .....	210
4.1. Processos e técnicas da engenharia genética .....	211
5. Áreas de impacto da engenharia genética .....	213
5.1. Pecuária e avicultura .....	213
5.2. Agricultura .....	214
6. Impactos positivos sobre o meio ambiente .....	215
7. Dos potenciais riscos .....	216
7.1. Em relação à saúde .....	216

7.2. Em relação ao meio ambiente .....	217
7.3. Teratogenia .....	218
7.4. Diminuição da variabilidade das espécies .....	219
7.5. Discriminação para o trabalho .....	220
8. Proteção constitucional do DNA como parte integrante da imagem do indivíduo .....	220
9. Manutenção de meios poluentes .....	220
10. Biopirataria .....	221

## Capítulo XVIII — MEIO AMBIENTE CULTURAL..... 223

1. Meio ambiente e patrimônio cultural .....	223
2. Conceito de patrimônio cultural .....	223
3. Natureza jurídica do patrimônio cultural .....	224
4. Competência sobre o patrimônio cultural .....	225
5. Tombamento ambiental .....	225
5.1. Conceito e características .....	225
5.2. Natureza jurídica .....	226
5.3. Classificação do tombamento ambiental .....	226
5.3.1. Quanto à origem da sua instituição .....	226
5.3.1.1. Instituído por lei .....	227
5.3.1.2. Por ato do Executivo .....	227
5.3.1.3. Por via jurisdicional .....	227
5.3.2. Quanto à eficácia .....	228
5.3.2.1. Provisório .....	228
5.3.2.2. Definitivo .....	228
5.3.3. Quanto ao bem a ser tombado .....	228
5.3.3.1. Bem público e bem difuso .....	229
5.3.3.2. Bem particular .....	229
6. Proteção internacional dos bens culturais .....	229
6.1. Procedimento para inscrição do bem na Lista do Patrimônio Cultural e Natural Mundial .....	230
6.2. Representatividade e universalidade da Lista do Patrimônio Cultural .....	230

6.3. Fundo para o Patrimônio Cultural e Natural Mundial .....	231
6.4. Tombamento pela Unesco? .....	231
6.5. O Brasil e os bens inscritos na Lista .....	232
7. Racismo .....	233
7.1. Conceito de raça .....	233
7.2. Origem e conceito .....	233
7.3. Tratamento constitucional .....	234
7.4. Meio ambiente e racismo.....	236
7.5. Previsões infraconstitucionais sobre o racismo .....	237
7.5.1. Histórico.....	237
7.5.2. Legislação aplicável .....	237
7.6. O racismo e a biotecnologia .....	239
8. Liberdade de crença e a tutela das religiões em face do meio ambiente cultural .....	240
8.1. Tutela da religião em face das culturas indígenas .....	242
8.2. Tutela da religião em face das culturas afro-brasileiras .....	243
8.3. Tutela da religião em face das culturas de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional: as igrejas cristãs .....	245
8.3.1. Tutela do catolicismo .....	245
8.3.2. Tutela do protestantismo (evangélicos).....	248
9. Defesa das línguas brasileiras como bem ambiental em face do meio ambiente cultural .....	249
9.1. Origem das línguas e a língua portuguesa.....	249
9.2. Tutela jurídica das línguas brasileiras em face do meio ambiente cultural .....	250
9.2.1. A tutela jurídica das línguas indígenas brasileiras ....	250
9.2.2. A tutela jurídica da língua portuguesa brasileira .....	252
9.2.3. Tutela jurídica das línguas africanas em face das culturas afro-brasileiras .....	253
10. Tutela jurídica do desporto em face do meio ambiente cultural e o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei n. 10.671/2003) .....	253
10.1. Meio ambiente cultural e desporto .....	253
10.2. Desporto e lazer.....	256

<b>Capítulo XIX — MEIO AMBIENTE ARTIFICIAL .....</b>	<b>259</b>
1. Introdução .....	259
2. Objetivo da política de desenvolvimento urbano .....	260
2.1. Pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade .....	260
2.2. Garantia do bem-estar dos seus habitantes .....	261
3. Competência para a consecução dos objetivos de desenvolvimento da política urbana .....	262
4. Plano diretor .....	263
5. O Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) como a mais importante legislação brasileira em matéria de tutela do meio ambiente artificial .....	264
5.1. Que é uma cidade? A cidade como bem ambiental .....	264
5.1.1. A tutela constitucional da cidade no âmbito do meio ambiente artificial .....	269
5.1.2. O Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) como mais importante norma regulamentadora do meio ambiente artificial .....	271
5.1.3. A garantia do direito a cidades sustentáveis como diretriz geral vinculada aos objetivos da política urbana	273
5.1.3.1. Direito à terra urbana .....	274
5.1.3.2. Direito à moradia .....	275
5.1.3.3. Direito ao saneamento ambiental .....	276
5.1.3.4. Direito à infra-estrutura urbana .....	277
5.1.3.5. Direito ao transporte .....	278
5.1.3.6. Direito aos serviços públicos .....	279
5.1.3.7. Direito ao trabalho .....	279
5.1.3.8. Direito ao lazer .....	280
5.1.4. Considerações finais .....	281
5.2. Importância do Estatuto da Cidade para a denominada política urbana .....	282
5.3. Responsabilidade pela aplicação do Estatuto da Cidade .....	282

5.4. Instrumentos da política urbana destinados à tutela do meio ambiente artificial .....	282
5.5. Instrumentos de tutela do meio ambiente artificial em face de áreas urbanas não utilizadas ou não edificadas .....	283
5.6. Ação de Usucapião Ambiental Individual e Ação de Usucapião Ambiental Metaindividual: da usucapião especial de imóvel urbano .....	284
5.7. Meio ambiente artificial e concessão de uso em área pública ...	285
5.8. Direito de superfície em face do Estatuto da Cidade .....	285
5.9. Operações urbanas consorciadas em face do Estatuto da Cidade .....	286
5.10. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) em face do meio ambiente artificial .....	286
5.11. O plano diretor como instrumento básico de tutela do meio ambiente artificial desenvolvido no Estatuto da Cidade .....	288
5.12. O Estatuto da Cidade vinculado aos Direitos Difusos e Coletivos: a ampliação da Lei n. 7.347/85 em decorrência do que estabelece a Lei n. 10.257/2001 .....	291
5.13. Natureza jurídica da favela em face do meio ambiente artificial	292

## Capítulo XX — ZONEAMENTO INDUSTRIAL E PARCELAMENTO DO SOLO .....

1. Introdução .....	299
2. Zonas de uso estritamente industrial .....	299
3. Zonas de uso predominantemente industrial .....	300
4. Zonas de uso diversificado .....	300
5. Zonas de reserva ambiental .....	301
6. Saturação das zonas industriais .....	301
7. Relocalização de indústrias .....	301
8. Parcelamento urbanístico do solo .....	302
8.1. Disciplina legislativa .....	303
8.2. Formas de parcelamento .....	303
8.2.1. Loteamento .....	303
8.2.2. Desmembramento .....	304

8.3. Aprovação do projeto de loteamento e desmembramento ....	304
8.4. Vedações ao parcelamento do solo .....	305
<b>Capítulo XXI — MEIO AMBIENTE DO TRABALHO .....</b>	<b>306</b>
1. Noções propedêuticas .....	306
2. Enfoque constitucional do meio ambiente do trabalho .....	307
3. Da segurança e saúde no trabalho .....	308
4. Conceito de trabalho .....	308
5. Embargo, interdição e greve .....	309
5.1. Considerações gerais .....	309
5.2. O princípio da prevenção e os instrumentos de proteção .....	310
5.3. Interdição e embargo .....	310
5.4. Greve ambiental .....	312
5.5. Competência da Justiça do Trabalho em face da defesa do meio ambiente do trabalho .....	312
<b>Capítulo XXII — RECURSOS MINERAIS .....</b>	<b>314</b>
1. Os recursos minerais como bens ambientais .....	314
2. A atividade econômica em face dos recursos minerais e seu controle em proveito da dignidade da pessoa humana: o Estudo Prévio de Impacto Ambiental .....	316
3. Operações econômicas de aproveitamento de jazidas e a lavra em face dos recursos minerais: a aplicação do Código de Minas (Decreto-lei n. 227/67) e da Lei n. 7.805/89 .....	316
4. Pesquisa e lavra dos recursos minerais em terras indígenas .....	318
5. Participação do proprietário do solo nos resultados da lavra e a Lei n. 8.901/94.....	318
<b>Capítulo XXIII — AUDITORIA AMBIENTAL NO DIREITO BRASILEIRO .....</b>	<b>320</b>
1. Auditoria ambiental .....	320
2. Auditoria ambiental no Brasil: a ordem econômica em face dos bens ambientais .....	322

3. Auditoria ambiental em face das relações jurídicas de consumo: coletividade na condição organizada de fornecedora de bens ambientais e sua <i>performance</i> .....	323
4. Auditoria ambiental em face das relações jurídicas de consumo: o Estado fornecedor e sua <i>performance</i> .....	324
5. Algumas conclusões .....	325

## **Parte II**

### **DO DIREITO PROCESSUAL**

<b>Capítulo I — OS DIREITOS METAINDIVIDUAIS E A NOVA ORDEM PROCEDIMENTAL — A JURISDIÇÃO CIVIL COLETIVA</b> .....	329
1. Introdução .....	329
2. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil .....	330
3. Princípios inerentes à jurisdição civil coletiva .....	331
3.1. Princípio do acesso à justiça na jurisdição civil coletiva .....	331
3.2. Princípio da igualdade na jurisdição civil coletiva .....	333
4. A jurisdição civil coletiva e a busca da efetividade do processo .....	333
 <b>Capítulo II — CONDIÇÕES E ELEMENTOS DA AÇÃO</b> .....	335
1. Introdução .....	335
2. Condições da ação .....	335
2.1. Possibilidade jurídica do pedido .....	335
2.2. Interesse .....	336
2.3. Legitimidade das partes .....	336
2.3.1. Legitimidade extraordinária e substituição processual .....	338
3. Elementos da ação .....	339
3.1. Partes .....	339
3.2. Pedido .....	340
3.3. Causa de pedir .....	340



Capítulo III — ANÁLISE DE ALGUNS ASPECTOS PROCES- SUAIIS GERAIS DA JURISDIÇÃO CIVIL COLETIVA .....	342
1. Legitimidade ativa .....	342
1.1. A legitimidade das associações civis .....	342
1.2. Natureza da legitimação ativa na jurisdição civil coletiva .....	343
1.3. A legitimidade do Ministério Público .....	344
2. Litisconsórcio entre os Ministérios Públicos .....	345
3. Legitimidade passiva .....	346
4. Desistência da ação .....	348
5. Intervenção de terceiros .....	348
6. Competência .....	350
7. Litispendência .....	351
8. Conexão e continência .....	352
9. Ônus da prova .....	353
9.1. Momento da inversão .....	354
10. Liminares .....	356
11. Tutela antecipada da lide .....	357
12. Tutela específica .....	357
13. Recursos .....	359
14. Coisa julgada .....	360
15. Liquidação coletiva e execução coletiva .....	361
16. O valor arrecadado na condenação e o seu destino para o fundo criado pelo art. 13 da Lei n. 7.347/85 .....	362
16.1. Fundo federal .....	363
17. Prescrição na ação coletiva ambiental .....	366
 Capítulo IV — AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL .....	 367
1. Noções propedêuticas .....	367
2. Breve histórico sobre a ação civil pública .....	368
3. Ação coletiva para a tutela dos direitos individuais homogêneos ...	368
4. Inquérito civil .....	370
5. Compromisso de ajustamento .....	371

5.1. Transação e compromisso de ajustamento de conduta .....	372
5.2. Homologação do compromisso de ajustamento .....	373
<b>Capítulo V — AÇÃO POPULAR AMBIENTAL .....</b>	<b>374</b>
1. Origens .....	374
2. Ação popular como instrumento de defesa vinculada a interesses difusos e sua evolução no ordenamento jurídico brasileiro .....	374
3. Objeto .....	376
4. Legitimidade ativa .....	377
5. Competência .....	379
6. Pressuposto de cabimento .....	379
7. Legitimidade passiva .....	380
<b>Capítulo VI — MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO AMBIENTAL .....</b>	<b>381</b>
1. Noções propedêuticas .....	381
2. Do mandado de segurança tradicional ao mandado de segurança coletivo .....	383
3. Do mandado de segurança e suas características .....	385
3.1. Mandado de segurança e mandado de segurança coletivo ....	385
3.2. O mandado de segurança coletivo e a legitimidade ativa .....	387
3.3. Partidos políticos, organizações sindicais, entidades de classe ou associações .....	389
3.4. Da cognição no mandado de segurança coletivo ambiental ....	391
3.5. O sujeito passivo do mandado de segurança ambiental .....	393
<b>Capítulo VII — MANDADO DE INJUNÇÃO AMBIENTAL ..</b>	<b>395</b>
1. Introdução .....	395
2. Pressupostos materiais de cabimento do <i>writ</i> .....	395
2.1. Ausência de norma regulamentadora .....	395
2.2. Inviabilidade de exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas prescritas na norma .....	396

3. Objeto .....	397
4. Finalidade .....	398
5. Aplicabilidade e procedimento .....	399
6. Legitimidade ativa .....	401
7. Legitimidade passiva .....	402
8. Sentença em mandado de injunção .....	402

## **Parte III**

### **DIREITO CRIMINAL AMBIENTAL**

<b>Capítulo I — DIREITO CRIMINAL CONSTITUCIONAL (CRIME, PENA E PRISÃO) .....</b>	<b>407</b>
1. Fundamentos constitucionais do direito criminal .....	407
2. Fundamentos constitucionais do direito penal .....	407
2.1. Privação ou restrição da liberdade .....	408
2.2. Perda de bens .....	408
2.3. Multa .....	409
2.4. Prestação social alternativa .....	409
2.5. Suspensão ou interdição de direitos .....	410
2.6. Vedação de penas no direito constitucional em vigor .....	410
3. Fundamentos constitucionais da prisão .....	411
 <b>Capítulo II — DIREITO CRIMINAL AMBIENTAL E DIREITO PENAL AMBIENTAL .....</b>	 <b>413</b>
1. Fundamentos constitucionais do direito ambiental e a aplicação de sanções penais .....	413
1.1. Obediência aos fundamentos do Estado Democrático de Di- reito (art. 1º da CF) .....	413
1.2. Obediência aos objetivos fundamentais da República Fede- rativa do Brasil (art. 3º da CF) .....	413
1.3. Adequação ao direito criminal constitucional e ao direito pe- nal constitucional como instrumentos de defesa da vida de brasileiros e estrangeiros residentes no País (art. 5º da CF) ..	414

1.4. Adequação ao piso vital mínimo como valor fundamental a ser tutelado pelo direito criminal ambiental (art. 6º da CF) ..	414
1.5. Obediência e adequação ao direito ambiental constitucional (art. 225 da CF) .....	415
1.5.1. Condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores a sanções penais (art. 225, § 3º, da CF) .....	415
1.5.2. Pessoas físicas e pessoas jurídicas são consideradas constitucionalmente infratoras diante da condição de poluidoras e estarão sujeitas a sanções penais (art. 225, § 3º, da CF) .....	416
<b>Capítulo III — SANÇÕES PENAIS DERIVADAS DE CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE (LEI FEDERAL N. 9.605/98) .....</b>	<b>418</b>
1. Disposições gerais .....	418
2. Aplicação da pena .....	418
3. Inquérito civil no âmbito da Lei n. 9.605/98 .....	419
4. Da ação e do processo penal .....	419
5. Dos crimes contra o meio ambiente .....	420
5.1. Dos crimes contra a fauna .....	420
5.2. Dos crimes contra a flora .....	421
5.3. Da poluição e outros crimes ambientais .....	422
5.4. Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural .....	422
5.5. Dos crimes contra a administração ambiental .....	423

## **Parte IV**

### **TUTELA JURÍDICA DO ECOTURISMO NO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO**

<b>Capítulo I — O DIREITO AO LAZER VINCULADO AO ECOTURISMO .....</b>	<b>427</b>
--	------------

Capítulo II — O USO DOS BENS AMBIENTAIS EM PRO- VEITO DO ECOTURISMO .....	431
1. O uso do meio ambiente cultural em proveito do ecoturismo .....	431
1.1. Turismo religioso .....	432
1.2. Turismo gastronômico .....	435
1.3. Turismo histórico .....	438
1.4. Turismo arqueológico .....	440
2. O uso do meio ambiente artificial em proveito do ecoturismo .....	444
2.1. O uso do meio ambiente artificial vinculado às atividades esportivas .....	451
3. O turismo de saúde ou “turismo de cura” em face do direito ambiental brasileiro .....	452
4. O uso do meio ambiente natural em proveito do ecoturismo. O turismo de aventura .....	453
 Capítulo III — O ECOTURISMO COMO ATIVIDADE ECO- NÔMICA VINCULADA ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS DE CONSUMO .....	 460
1. Direitos e deveres dos fornecedores .....	460
2. Direitos e deveres do ecoturista .....	464
 <i>I — Bibliografia básica</i> .....	 467
<i>II — Teses e dissertações</i> .....	470
1) Teses .....	470
2) Dissertações .....	470
<i>III — Bibliografia complementar</i> .....	478